



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2010

LRF art. 48 - Anexo VII		R\$ mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	398.726		0,079766
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,182102%	910.267		0,182102
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,172997%	864.754		0,172997
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	78.450	165.655	

FONTE: Anexos I e VI - DICONT/SEAO/TST.

Nota: <sup>1</sup> Incluído o valor de R\$ 87.205 mil, referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho. A Disponibilidade de Caixa Líquida do TST totalizou R\$ 78.450 mil, correspondente à Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício.

DIRLEY SÉRGIO DE MELO  
 Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA  
 Secretário de Controle da Justiça do Trabalho

ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA  
 Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho  
 Substituta

MILTON DE MOURA FRANÇA  
 Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

### SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

#### ATO NORMATIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, c/c o artigo 6º, inciso XXV, tudo do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro a dezembro de 2010.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 462/STN/MF, de 05.08.2009 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadros anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a") R\$ em Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	285.827	0	285.827
Pessoal Ativo	146.871	0	146.871
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	146.871	0	146.871
Pessoal Inativo e Pensionistas	148.956	0	148.956
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º Da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	158.220		158.220
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0	6
Despesas de Exercícios Anteriores	14.085	0	14.085
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	144.129	0	144.129
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	137.607	0	137.607
	(III) = ( I - II )		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			499.866.613
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL	0,027529	0,000000%	0,027529
	(V) = ( III / IV ) * 100		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			403.522
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			383.346
	0,080726%		
	0,076689%		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011012800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



## Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI.  
 (2) RCL publicada pela Portaria nº 530/STN, de 20/09/2010.  
 (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076689% (alterados pela Resolução nº. 26/CNJ, de 05.12.2006).  
 (4) Do valor de R\$ 36.548.589,83 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 22.463.371,86, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.  
 (5) Do valor de R\$ 142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$ 136.801,32, se referem a despesas com inativos e pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.  
 (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
 a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei nº 4.320/64.

## ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ mil
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
< Identificação do Recurso Vinculado >	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0	0
FONTE 100	35	107	348	8.758	15.610	0	0
FONTE 127	0	0	0	365	1.386	0	0
FONTE 150	0	0	0	28	272	0	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	35	107	348	9.151	17.268	0	0
TOTAL (III) = (I + II)	35	107	348	9.151	17.268	0	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: SIAFI/2010, CÉLULAS/2010 E 2011

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

## ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)	R\$ mil
	(a)	(b)	(c)			
< Identificação do Recurso Vinculado >	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS	153	0	153	0	153	153
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - limite de saque e/ vinculação de pagamento	0	0	0	0	0	0
Fonte 100	17.044	1.435	15.609	1.435	15.609	15.609
Fonte 127	1.386	0	1.386	0	1.386	1.386
Fonte 150	272	0	272	0	272	272
Fonte 151	82	0	82	0	82	82
Fonte 153	657	0	657	0	657	657
Fonte 190	41	0	41	0	41	41
Fonte 192	3	0	3	0	3	3
Fonte 300	218	0	218	0	218	218
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.856	1.435	18.421	1.435	18.421	18.421
TOTAL (III) = (I + II)	19.856	1.435	18.421	1.435	18.421	18.421
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	372	0	372	0	372	372

FONTE: SIAFI 2010, Celulas 2010

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



## ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF art. 48 - Anexo VII				RS Mil
DESPESA COM PESSOAL		VALOR		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		137.607		0,027529
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -		403.522		0,080726
	0,080726%			
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) -		383.346		0,076689
	0,076689%			
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0		0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0		0
GARANTIAS DE VALORES		VALOR		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0		0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0		0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0		0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0		0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0		0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0		0
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		DO EXERCÍCIO		
		9.151		17.268

FONTE: SIAFI

NOTA:

1) Limite Prudencial da JMU = 0,076689 % conforme Resolução nº 26/CNJ.

MOZART ARRUDA CAVALCANTI    Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS  
Ministro  
Presidente do Tribunal  
Em exercício

Diretor-Geral  
Em exercício

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO  
Secretário de Planejamento  
Em exercício

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL  
2ª REGIÃO

## RESOLUÇÃO Nº 35, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições e, considerando os créditos transferidos pelo Conselho da Justiça Federal para execução dos Programas de Trabalho da Justiça Federal de Primeira Instância no âmbito deste Tribunal, na forma do disposto na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, e créditos adicionais, resolve:

Ficam reformulados, de acordo com a programação constante dos Anexos I e II da presente Resolução, os Orçamentos das Seções Judiciárias Jurisdicionadas a este Tribunal, para o exercício financeiro de 2010, aprovados pela Resolução nº 03 de 19 de março de 2010.

Des. PAULO ESPIRITO SANTO

## ANEXO I

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

UNIDADE GESTORA: 090016 - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TOTAL DA UNIDADE: R\$ 677.586.942,29

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	100.606.065,00
0569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	576.980.877,29

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

02	JUDICIÁRIA	576.980.877,29
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	100.606.065,00

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

061	AÇÃO JUDICIÁRIA	463.281.818,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	84.184.992,00
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.400.000,00
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	495.394,00
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	100.606.065,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.048.790,29
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	19.676.480,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011012800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.